



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Os agrocombustíveis e a produção de alimentos

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**Como citar:** OLIVEIRA, A. U. Os agrocombustíveis e a produção de alimentos. *In:* SIMONETTI, M. C. L.(org). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento** – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p159-179. DOI:<https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-140-9>.p159-179.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# OS AGROCOMBUSTÍVEIS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

A relação entre a expansão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos ganhou a agenda política internacional. A agricultura mundial continua passando por transformações profundas. Estas transformações inscrevem-se na crise financeira mundial em que o capitalismo está envolvido. O centro desta crise está no processo de mundialização que o capital gerou nos últimos trinta anos e a difusão da ideologia neoliberal. A crise que a agricultura está envolvida não é, portanto uma crise exclusiva da agricultura e da produção de alimentos é sim, transbordamento e manifestação da crise mundial do capitalismo. Por isso é fundamental explicar a crise.

## **O CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E SUA MUNDIALIZAÇÃO**

O desenvolvimento e as transformações que o modo capitalista de produção introduziu na sociedade contemporânea é a base sobre a qual as diferentes ordens mundiais foram sendo construídas. O mundo atual é produto histórico do contraponto entre o surgimento, expansão e crises do socialismo e a mundialização do capitalismo.

Dessa forma, o processo de construção do território mundial do capital decorreu das diferentes regionalizações que o mundo conheceu fruto dos processos de construção/destruição, que as frações dos territórios capitalista e socialista vivenciaram, em decorrência das transformações de suas múltiplas e desiguais formações econômico-sociais. A lógica que dominou o mundo do Século XX foi

aquela ditada por dois processos: a expansão geográfica do socialismo e a formação dos monopólios capitalistas mundiais. A crise que envolveu os países socialistas no final dos anos oitenta, revelou simultaneamente à humanidade, a hegemonia da mundialização do capitalismo.

Para fazer valer esta hegemonia a ideologia capitalista tratou e inundar o mundo através de novas noções e conceitos oriundos *nas escolas americanas de administração de empresas, as famosas “business management schools” de Harvard, Columbia, Stanford etc. Estes conceitos foram difundidos nos livros e artigos dos consultores de estratégia e marketing, oriundos dessas escolas*. (CHESNAIS, 1996, p. 23)

Entre estes conceitos estão a veiculação pelo mundo midiático econômico mundial de dois termos: global e globalização. Muitos geógrafos, sociólogos, economistas, etc. escreveram livros e textos sobre a globalização. Os governos anunciaram que a globalização era o único caminho para os estados que quieriam industrializar-se. Sua discussão tornou-se fundamental, François Chesnais assim se referiu a esta difusão desta ideologia:

Foi popularizada nas obras e artigos dos mais hábeis consultores de estratégia e marketing, formados nessas escolas - o japonês K. OHMAE (1985 e 1990), o norte-americano M.E. PORTER - ou em estreito contato com elas. Fez sua estreia a nível mundial pelo viés da imprensa econômica e financeira de língua inglesa, e em pouquíssimo tempo invadiu o discurso político neoliberal. Em matéria de administração de empresas, o termo era utilizado tendo como destinatários os grandes grupos, para passar a seguinte mensagem: em todo lugar onde se possa gerar lucros, os obstáculos à expansão das atividades de vocês foram levantados, graças à liberalização e à desregulamentação; a telemática e os satélites de comunicações colocam em suas mãos formidáveis instrumentos de comunicação e controle; reorganizem-se e reformulem, em consequência, suas estratégias internacionais.

Os grandes industriais japoneses, cuja economia continua sendo uma das mais fechadas, mas cujos grupos estão entre os mais internacionalizados do mundo, apoderaram-se dessa expressão para definir sua visão do novo mundo “triádico” que estaria nascendo. Estimular o “globalismo” significa, para eles, fazer o seguinte chamado aos dirigentes industriais e políticos americanos e europeus: vamos parar de brigar por questões menores e bobas, como quotas de importação e de que modo nós manejamos a política industrial, vamos tomar consciência de nossos interesses comuns e cooperar!. (CHESNAIS, 1996, p. 23).

A partir desta postura ideológica partiu-se para a construção de um imaginário social que buscou introduzir varias noções no mundo da economia e da política tais com se a nova ordem capitalista monopolista mundial configurasse um mundo “sem fronteiras”, aliás, Borderless, era o título do livro de Ohmae em 1990. E, os grandes monopólios tinham que se tornarem empresas mundiais ou seja, “sem nacionalidade”, pois, Stateless, foi expressão também, empregada em 1990, pela revista Business Week. Não se tratava pois, da produção acadêmica invadir o

mundo midiático, mas ao contrário, era a ideologia meoliberal veiculada pelo mundo midiático invadindo o mundo acadêmico.

François Chesnais entre outros intelectuais europeus, caminharam na contramão deste processo e além de denunciá-lo e alertar suas intenções, cunharam o conceito de mundialização para definir esta nova fase do imperialismo:

A palavra “mundial” permite introduzir, com muito mais força do que o termo “global”, a idéia de que, se a economia se mundializou, seria importante construir depressa instituições políticas mundiais capazes de dominar o seu movimento. Ora, isso é o que as forças que atualmente regem os destinos do mundo não querem de jeito nenhum. Entre os países do Grupo dos Sete - EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido, Itália -, os mais fortes julgam ainda poder cavalgar vantajosamente as forças econômicas e financeiras que a liberalização desencadeou, enquanto os demais estão paralisados ao tomarem consciência, por um lado, de sua perda de importância e, por outro, do caminho que vão ter de percorrer para “adaptar-se”. Os grandes grupos industriais ou operadores financeiros internacionais, que acabam de recuperar uma liberdade de ação que não conheciam desde 1929, ou talvez mesmo desde o século XIX, estão ainda menos dispostos a ouvir falar de políticas mundiais coercitivas. (CHESNAIS, 1996, p. 24)

Assim, segundo Chesnais, a mundialização revela os seguintes aspectos importantes:

- O investimento externo direto suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização; seu papel é tão importante nos serviços como no setor de manufaturas.
- O investimento externo direto caracteriza-se por alto grau de concentração dentro dos países adiantados, especialmente os da Tríade. Esse acerto de alvo se fez às custas dos países em desenvolvimento.
- O chamado intercâmbio intra-setorial é a forma dominante do comércio exterior. Caracteriza-se pelo intercâmbio intragrupo, no quadro dos mercados privados das multinacionais, bem como por suprimentos internacionais, organizados pelos grupos, em insumos e produtos acabados.
- A integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas está ocorrendo a partir do investimento externo direto. As multinacionais beneficiam-se, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (o toyotismo).
- As exigências de proximidade da produção toyotista e as oportunidades proporcionadas pelos grandes mercados continentais (União Européia e NAFTA), bem como as exigências de proximidade ao mercado final da concorrência oligopolista, explicam a regionalização do comércio exterior, nos três pólos da Tríade.
- Os grupos industriais tendem a se reorganizar como “empresas-rede”. As novas formas de gerenciamento e controle, valendo-se de complexas modalidades de terceirização, visam a ajudar os grandes grupos a reconciliar

a centralização do capital e a descentralização das operações, explorando as possibilidades proporcionadas pela teleinformática e pela automatização.

- O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas a nível mundial.

- Sobre essa base, houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação. Esse espaço é defendido contra a entrada de novos concorrentes de fora da área da OCDE, tanto por barreiras de entrada de tipo industrial, quanto por barreiras comerciais regidas pelo GATT.

- A ascensão de um capital muito concentrado, que conserva a forma monetária, a qual favoreceu, com grandes lucros, a emergência da “globalização financeira”, acentuou os aspectos financeiros dos grupos industriais e imprimiu uma lógica financeira ao capital investido no setor de manufaturas e serviços.

- *O movimento da mundialização é decadente.* Com exceção de uns poucos “novos países industrializados”, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento.

- Esse movimento caracterizou-se, na década de 80, por um claro recuo dos investimentos externos diretos e das transferências de tecnologia aos países em desenvolvimento, bem como por um começo de exclusão de vários países produtores de produtos de base, em relação ao sistema de intercâmbio. (CHESNAIS, 1996, p. 24).

Assim, as transformações ocorridas no ordenamento territorial do Brasil no final de século XX revelava que o Brasil tinha mudado, porque o capitalismo tinha mudado. O capitalismo tinha adquirido novos padrões de acumulação e exploração. É esta nova fase do imperialismo que muitos chamaram de modernidade, e que alguns outros intelectuais passaram a denominar de pós-modernidade. Outros, como Kurz de forma apropriada chamou colapso da modernização. (KURZ, 1992)

Marilena CHAUI enunciou sete características sobre esta ideologia neoliberal e seu novo imaginário social como um *“conjunto de condições materiais corresponde grosso modo, a um imaginário social que busca justificá-las como racionais, legitimá-las como corretas e dissiminá-las enquanto formas contemporâneas da exploração e da dominação. Este imaginário social é a ideologia neoliberal.”*

- a) O desemprego tornou-se estrutural, *deixando de ser acidental ou expressão de uma crise conjuntural, porque a forma contemporânea do capitalismo, ao contrário de sua forma clássica, não opera por inclusão de toda a sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão...*

- b) O monetarismo e o capitalismo financeiro tornaram-se o coração e o centro nervoso do capitalismo, *ampliando a desvalorização do trabalho e privilegiando a mais abstrata e fetichizada das mercadorias, o dinheiro* [...]
- c) A terceirização tornou-se estrutural, *deixando de ser um suplemento à produção que, agora, não mais se realiza sob a antiga forma fordista das grandes plantas industriais que concentravam todas as etapas da produção - da aquisição da matéria-prima à distribuição dos produtos -, mas opera por fragmentação e dispersão de todas as esferas da produção, com a compra de serviços no mundo inteiro* [...]
- d) A ciência e a tecnologia tornaram-se forças produtivas, *deixando de ser mero suporte do capital para se converterem em agentes de sua acumulação. Conseqüentemente, mudou o modo de inserção dos cientistas e técnicos na sociedade (tornaram-se agentes econômicos diretos) e a força capitalista encontra-se no monopólio dos conhecimentos e da informação*[...]
- e) *Diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que, desde o pós-Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico para a regulação do mercado e para investimento nas políticas sociais, agora, o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que a privatização também tornou-se estrutural*[...]
- f) A transnacionalização da economia torna desnecessária a figura do estado nacional como encrave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo ( o colonialismo político-militar, e a geopolítica de áreas de influência, etc.), de sorte que o centro econômico e político encontra-se no FMI-Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial [...].”
- “g) A distinção [portanto] entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser substituída pela existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta” (CHAUÍ, 1994, p. 6-8).

Configurou-se pois, uma nova forma de imperialismo. Assim, o desenvolvimento do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial precisa ser entendido com processo de consolidação dos oligopólios internacionais que deram origem à formação das empresas multinacionais: sejam elas cartéis, trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. As multinacionais passaram a ser portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que a partir da crise inter-imperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que permitiram superar as contradições da disputa de mercados e do controle de fontes de matérias-primas entre as empresas “nacionais”.

O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, apresentou simultaneamente, três processos relacionados: a necessidade de movimentos internacionais de capitais; a produção capitalista internacional e existência de ações de governo a nível internacional.

Os movimentos internacionais de capitais em última análise, derivaram dos investimentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações empresariais no exterior.

O segundo processo, a produção capitalista internacional, derivou dos monopólios da pesquisa e conseqüentemente da tecnologia, que somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais internacionalizando-as. Ao mesmo tempo geraram as bases da produção internacional, qual seja o controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas nacionais. Este controle que redundou na formação do mercado mundial de mão-de-obra e simultaneamente, na posse dos monopólios das fontes de matérias-primas e na repartição dos mercados, substituiu a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associaram ou fundiram-se com as nacionais. A produção capitalista internacional derivou portanto, da incorporação de mão-de-obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Desta forma, a maior parte da força de trabalho empregada pelas multinacionais estão em geral, fora de seus países de origem.

O terceiro processo, ações de governo em nível internacional, decorreu dos anteriores somado a necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo atual e a presença de organismos supranacionais formado por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passou a compor o capitalismo que se mundializou. A formação de verdadeiros governos internacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional consentâneos com a tendência da internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional.

As “receitas” de políticas econômicas do Fundo Monetário Internacional-FMI, de há muito tempo, se tornaram as políticas econômicas de muitos Estados nacionais onde ocorrem investimentos das multinacionais. Foi dessa forma que o FMI e Banco Mundial implementaram o *Washington Consensus* que sempre esteve na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias do países endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, eles prevêem a estabilização da economia (combate a inflação); realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial); e retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real foi em “carne e osso” o próprio *Washington Consensus*. Foi pois, assim, que surgiram também, os mercados comuns e as comunidades econômicas que passaram a compor o cenário do comércio mundial. NAFTA, CEE, Mercosul, etc. são múltiplos exemplos desta nova organização do capitalismo monopolista mundializado que julgava poder no limite, até prescindir do estado nacional. Aliás, no novo acordo de tarifas da Organização Mundial

do Comércio -OMC - pretendia-se que todas as barreiras alfandegárias fossem removidas, enfim, que o mundo fosse finalmente, a “pátria” única do capital.

Assim, também a geografia do mundo tinha mudado, mudando conseqüentemente, a geografia do Brasil. Consolidou-se assim, a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam. O mercado da multinacional não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialéticamente, o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está localizado só nos países ricos, o centro está em todo o mundo onde as empresas multinacionais estão. Esta sim passou ser a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista que por sua vez gestou uma nova divisão internacional do trabalho e redesenhou uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. Agora, o centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os. O centro passou a estar portanto, em Nova Iorque, Tóquio, Bangcoc, Joanesburgo, Frankfour, Paris, Londres, Moscou, Adelaide e porque não na cidade do México, Buenos Aires, São Paulo, Curitiba, etc. A luta de classes ganhou uma dimensão simultaneamente, internacional.

Assim, a crise que se abateu sobre o capitalismo mundializado é na essência a crise de desse processo contemporâneo sobre as quais se fundou a lógica da reprodução e da acumulação do capital. A crise atual é, portanto, estrutural. É por isso que a crise da produção de alimentos é, pois, apenas uma de suas múltiplas manifestações.

#### **A TEORIA DO TERRITÓRIO E A COMPREENSÃO DA AGRICULTURA MUNDIALIZADA**

Escrevi em artigo recente (OLIVEIRA, 2008, p.17-21) que em uma perspectiva materialista dialética da realidade para Claude Raffestin o:

[...] espaço e território não são termos equivalentes [...] O espaço é anterior ao território [...] O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida” pela sociedade ou parte dela. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), ela (a sociedade ou parte dela) ‘territorializa’ o espaço [...] O território nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens constrem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para quem segue a concepção materialista dialética e histórica da realidade, afirma Raffestin, “*o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade*” portanto. Para ele é fundamental que se compreenda que:

[...] o espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Ele preexiste a



qualquer ação. 'Local' de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que [...] a sociedade ou parte dela [...] manifeste a intenção de dele se apoderar. É evidentemente, que o território se apóia no espaço, mas, ele não é o espaço. (RASFFETIN, 1993, p. 143-144).

O território é dessa forma, “[...] uma produção a partir do espaço.” Assim, para Raffestin, “a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação”, ou seja, um empreendimento, ou como ele prefere “um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações” (RAFFESTIN, 1993, p, 143 e 144).

Para Raffestin, portanto, o espaço e, certamente o tempo, são as propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. Já o território é uma construção histórica. É a sociedade ou parte dela que constroem o território ou parte dele. Por isso, é que se parte, portanto, da concepção (OLIVEIRA, 1999, p. 63-110) de que o **território** deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação. O **território** é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra.

Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao **território**. Logo o **território** não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza.

O processo de construção do **território** é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do **território** é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução.

O processo de valorização é assim compreendido como fruto do processo de transformação que a produção e a reprodução passam. Isto significa dizer que, sob o modo capitalista de produção, a valorização é produto do trabalho humano nas suas diferentes mediações sociais; que a produção é produto contraditório da constituição do capital; e que a reprodução é produto do processo de reprodução ampliada do capital.

A rebeldia histórica do campesinato, abriu possibilidade para que sua luta por uma fração do território capitalista (a luta pela terra) levasse-os a lutar por um outro território, diferente do capitalista. Neste processo de luta e de produção autônoma, o campesinato em diferentes partes do mundo, começa a construir um outro território, um outro mundo possível.

Quer na lógica das ações do Estado, quer na lógica das empresas monopolistas, quer na lógica dos latifundiários modernos concentradores de terra, quer na luta dos movimentos socioterritoriais, também modernos, o que se assiste é pura e simplesmente, luta por uma fração do território capitalista. Aí reside sua importância política e estratégica. Sua apropriação real ou pela representação significa o entrechoque de concepções distintas, ou das diferentes sociedades (indígena, quilombola, ou mesmo os *inuit* – esquimós), ou das classes, frações de classe ou de grupos sociais.

Foi assim, a partir da compreensão do capitalismo monopolista mundializado e desta concepção de território que procuro compreender a essência da organização do capital na agricultura.

Em primeiro lugar é preciso indicar suas três características básicas: a produção de *commodities*, as Bolsas de Mercadorias e de Futuro e os monopólios mundiais. *A produção de commodities (mercadorias) para o mercado mundial* tornou-se o objetivo primeiro da produção mundial de alimentos. Isto quer dizer que se produz para quem tem poder de compra esteja ele onde estiver no mundo. Ou seja, a produção de alimentos não tem mais o objetivo primeiro de abastecer a população do estado nacional onde ele é produzido. O exemplo da produção do trigo no Brasil é exemplar. O Brasil tornou-se o primeiro país importador deste grão do mundo (11 milhões de toneladas). A produção nacional de trigo não tem ultrapassado a 3,5 milhões de toneladas. Porém, quando os preços internacionais estão altos, exporta-se para o mundo o trigo que o país produziu e que não suficiente para o seu próprio abastecimento.

As *Bolsas de Mercadorias e de Futuro* tornaram-se o centro da comercialização mundial da produção de alimentos. Isto quer dizer que o comando sobre a produção e a definição dos preços dos alimentos não dependem mais do processo produtivo e si e de seus fatores, mas, dependem da lógica das *players* nas operações das bolsas mundiais. O chamado mercado futuro passou a comandar a decisão sobre o que plantar e quanto plantar. Ou seja, o capitalista antes de plantar já vende sua produção, ainda não plantada, às multinacionais que são as *players*, que controlam a circulação da produção mundial de alimentos.

Os monopólios mundiais de alimentos são produtos do processo de transformação do capitalismo nesta etapa contemporânea já indicada. Eles nasceram do processo de mundialização do capital, deixaram de ser apenas internacional para serem multinacionais. Não importa mais se de origem estrangeira ou nacional a um país determinado. Assim, as principais empresas mundiais voltadas para a

produção de alimentos são a ADM, Cargill, Bunge e Louis Dreyfus, as quatro maiores controladoras da circulação mundial de grãos. No Brasil cabe destacar neste setor, também o Grupo André Maggi e a Caramuru.

A **ADM - Archer Daniels Midland Company** tem sede em Decatur, Illinois, USA. Tem liderança mundial em processamento agrícola para produção de ingredientes de alimentos, ingredientes para ração animal, combustíveis renováveis e alternativas de origem natural a produtos químicos industriais. Abrange também, uma ampla gama de serviços, incluindo serviços bancários e compensação de contratos futuros nos mercados dos USA e outras partes do mundo. No Brasil a ADM operou com exportações em 2007, através de unidades em 23 municípios brasileiros.

A **Cargill Inc.** com sede em Mineápolis nos Estados Unidos, é uma fornecedora internacional de produtos e serviços para os setores agrícola, alimentício e de gerenciamento de risco. A empresa está presente no Brasil desde 1965 e operou em exportações em 2007, através de unidades presentes em 22 municípios brasileiros e em outros 6 através da Seara Alimentos, por ela controlada.

A **Bunge Corporatief U.A.** tem sede em White Plains, Nova York, EUA, e é uma das principais empresas de agribusiness e alimentos do mundo, produzindo fertilizantes e ingredientes para nutrição animal, processamento e comercialização de grãos, fornecimento de matéria-prima para a indústria de alimentos e *food service*, além de produzir alimentos para o consumidor final. Está presente no Brasil desde 1905, e operou em exportações em 2007, através de unidades presentes em 91 municípios brasileiros.

A **S.A. Louis Dreyfus Commodities & Cie** com sede em Paris, França, é um conglomerado de empresas mundiais de propriedade exclusiva da família Louis-Dreyfus. O grupo atua na comercialização internacional de *commodities* agrícolas e de energia, no esmagamento e refino de sementes oleaginosas, no processamento de frutas cítricas, na exploração, no refino e na comercialização de petróleo e de gás natural, em telecomunicações, em administração de frotas de navios oceânicos, em projetos imobiliários e serviços financeiros. Atua no Brasil desde 1942, quando adquiriu a Comércio e Indústrias Coinbra S.A., no comércio e na exportação de café, algodão, farelo e óleo de algodão, soja, óleo, farelo, gorduras e outros derivados da soja, açúcar, álcool, milho, sucos de laranja, limão, pomelo, farelo de polpa cítrica, óleos essenciais, aromas e outros derivados do processamento de frutas cítricas. Operou em exportações em 2007, através de unidades em 26 municípios brasileiros.

Além destas empresas mundiais do setor de grãos, cabe destacar a Nestlé no setor de lácteos; a Cutrale, Grupo Fisher e a Citrovita no setor de sucos concentrados; a JBS S/A – Friboi, a Marfrig Alimentos S.A. e o Grupo Bertin no setor de carnes bovinas; a Sadia, Perdigão e Grupe Doux no setor de carnes avícolas e suínas; a Unilever no setor de alimentos em geral; a Copersucar e a Cosan no setor sucroalcooleiro; a Aracruz, VBC, International Paper, Grupo Suzano e Klabin no

setor de celulose e derivados de madeira; Coamo e Cocamar no setor das cooperativas; e a Syngenta e Monsanto no setor de sementes e agrotóxicos.

Assim, o avanço da comoditização dos alimentos e do controle genético das sementes que sempre foram patrimônio da humanidade foi acelerado. Dois processos monopolistas comandam a produção agrícola mundial. De um lado está a territorialização dos monopólios que atuam simultaneamente, no controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária, o exemplo é o setor sucroalcooleiro e o setor de produção de celulose. Neste caso de fato a produção comanda a circulação das mercadorias. De outro lado, está a monopolização do território desenvolvido pelas empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, que sem produzir absolutamente nada no campo, controla através de mecanismos de sujeição, camponeses e capitalistas produtores do campo. Estas empresas monopolistas do setor de grãos atuam como *players* no mercado futuro das bolsas de mercadorias do mundo, e, muitas vezes têm também, o controle igualmente monopolista da produção dos agrotóxicos e dos fertilizantes. Neste caso a circulação comanda a produção e dita o consumo. Este processo atua e subordinando a produção capitalista e camponesa dos setores dos grãos, carne bovina, aves, suínos, café, suco concentrado de laranja, tabaco e os alimentos para o mercado interno tais como arroz, feijão, milho, trigo, mandioca, frutas, hortícolas, etc.

### A CRISE DOS ALIMENTOS

Iniciada no ano de 2008, a crise dos alimentos, portanto, tem vários fundamentos. Deriva pois das políticas neoliberais aplicadas à agricultura e ao comércio mundial de alimentos. São elas, portanto, responsáveis pela crise que se abateu sobre os alimentos na atualidade. Ela é em síntese, o resultado da total incapacidade do mercado para construir uma política mundial de segurança ou de soberania alimentar. Vários são os fatores para explicá-la.

Deve-se destacar de início, que depois da criação da FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e do advento da revolução verde, o mundo capitalista adotou um mecanismo de controle da produção de alimentos baseado no sistema de estoques. Esta sistemática tinha por objetivo garantir excedentes agrícolas alimentares que permitisse simultaneamente, garantir a oferta de alimentos diante o fantasma da fome, e a regulação de seus preços contra as ações especulativas dos *players* capitalistas (jogadores do mercado das bolsas de mercadorias e valores). Com o neoliberalismo, depois da criação da OMC – Organização Mundial do Comércio, o sistema adotado foi aquele da colocação dos estoques no mercado e do império absoluto do livre comércio. Ou seja, o mercado através da disponibilidade dos estoques seria o regulador da oferta da produção de alimentos. Essa mudança revela na atualidade sua consequência: a crise.

É curioso que esta crise ocorre em um momento que está crescendo a produção mundial de alimentos. Os indicadores deste crescimento aparecem nas três últimas safras mundiais, por exemplo, a produção de trigo na safra 2006/7, na safra 2007/8 foi de 596,2 milhões de toneladas, na safra de 2007/8 foi de 610,6 milhões de toneladas e a previsão para a safra 2008/9 é de 682,4 milhões de toneladas. Assim, se está diante um crescimento de 2,4% no primeiro caso e 11,8% entre as duas últimas safras. O milho por sua vez, apresentou uma produção de 712,2 milhões de toneladas na safra 2006/7 contra 792,0 milhões na safra 2007/8, conseguindo assim, um crescimento de 11,2%, e uma previsão de produção de 781,4 milhões de toneladas na safra 2008/9, acusando um pequeno decréscimo de 1,3%. O arroz por sua vez, passou de 420,6 milhões de toneladas na safra 2006/7 para 431,0 milhões na safra 2007/8, alcançando também um aumento de 2,5%, e na previsão para a safra 2008/9 há a indicação de 434,3 milhões de toneladas, portanto um novo crescimento de 0,8%. A soja por sua vez conheceu uma redução de 7,1% na produção entre 2006/7 e 2007/8 quando passou de 237,7 para 220,9 milhões de toneladas respectivamente, e tem previsão de novo crescimento de 8,2% para a safra 2008/9 alcançando uma produção de 239,0 milhões de toneladas. A soma dos demais apresentou elevação da produção em 3,9%, passando de 275,6 milhões de toneladas na safra de 2006/7 para 286,5 milhões na safra 2007/8, e uma redução de 9,3% na previsão de 259,9 milhões de toneladas na safra 2008/9.

Entretanto, quanto aos estoques tem ocorrido em geral, exatamente o processo inverso: o decréscimo. Em relação ao trigo, por exemplo, ocorreu uma redução de 5,8%, ou seja, caiu de 127,0 para 119,7 milhões de toneladas entre a safra de 2006/7 e 2007/8. Entretanto para a safra 2008/9 há uma previsão de crescimento de 20,4%, passando para 144,1 milhões de toneladas. Os estoques mundiais de milho por sua vez, subiram 13,1%, isto quer dizer, passaram de 108,6 para 128,8 milhões de toneladas entre as mesmas safras. No entanto para a safra 2008/9 eles deverão ficar em 107,7 milhões de toneladas, ou seja, cair 12,3%. Os estoques de arroz tiveram comportamento semelhante ao milho, pois, cresceram 3,6%, passando de 74,9 para 77,6 milhões de toneladas no primeiro período, e, com uma previsão para 2008/9 de 80,5 milhões de toneladas, continuará crescendo 3,7%. Os estoques de soja baixaram em 22,1%, caindo de 63,3 para 49,3 milhões de toneladas entre as safras de 2006/7 e 2007/8 e voltará a acusar um crescimento de 4,2% na previsão de 55,2 milhões de toneladas para 2008/9. Os demais grãos também tiveram seus estoques reduzidos em 16,6%, ou seja, passaram de 29,5 para 24,6 milhões de toneladas entre 2006/7 e 2007/8; mas, voltaram também a apresentar crescimento de 58,5% na previsão de 39,0 milhões para 2008/9. Dessa forma, este comportamento oscilante do mercado de grãos sinaliza na direção da elevação de seus preços, ainda que momentaneamente, o aprofundamento da crise financeira tenha reduzido todos os preços.

Trata-se, portanto, de uma crise estrutural, o capitalismo é incapaz de garantir oferta de alimentos para toda a humanidade. Com a crise revela-se também,

o fracasso do império da agroquímica na agricultura com seus agrotóxicos e a falência antecipada da transgenia com alternativa biológica da garantia de aumento crescente da produção de alimentos.

Com a redução dos estoques de alimentos e da oscilação de seus preços, os fundos de investimentos que sofreram violentas perdas com as *'subprime'*, no mercado financeiro e imobiliário norte-americano, passaram a investir no mercado futuro, das *commodities* (milho, soja, trigo e arroz, principalmente). Este processo meramente especulativo atua no controle privado dos estoques e sobre a possibilidade de oferta de alimentos no mercado futuro. Dessa forma, todas as *commodities* tiveram preços no final do ano ascendentes e depois, descendentes.

Em simultaneidade com estes processos, articulou-se a segunda causa em importância: a opção norte-americana pela produção do etanol a partir do milho, assim como o caminho seguido pelos países da União Européia em produzir o etanol a partir de grãos. É óbvio, que o efeito desta opção dos EUA, hoje o maior produtor mundial de etanol, fez com que uma parte do milho destinado à alimentação humana e a produção de ração animal fosse destinada à produção de etanol. Este aumento rápido do consumo do milho gerou mecanismos especulativos na queda dos estoques. Essa queda, por sua vez, puxou para cima consigo os preços da soja, trigo e arroz.

A terceira causa decorreu do aumento do preço do petróleo, uma vez que o preço do barril chegou a 150 dólares. Como todos sabem, a produção de grãos na revolução verde está assentada no setor agroquímico, e evidentemente que este é comandado pela lógica do preço do petróleo. Com a subida do preço do petróleo, subiram os agroquímicos e também o custo da produção agropecuária igualmente subiram e, conseqüentemente, esta pressão atuou no sentido do aumento dos preços dos alimentos no final do ano passado.

Em quarto lugar, apareceu o aumento do consumo de alimentos particularmente devido à melhoria das condições de vida de algumas populações, sobretudo da China e da Índia. Estes dois países, principalmente a China tem ampliado a importação de alimentos. A China tem ampliado suas importações de soja em grão e óleo de soja, e, tem exportado arroz e milho. A Índia tem se destacado com exportador, particularmente de arroz e milho.

No caso brasileiro, como conseqüência da crise mundial e da elevação dos preços internacionais do trigo associado ao bloqueio estabelecido pela Argentina em relação às exportações deste cereal para o Brasil, o preço do trigo e de seus derivados aumentaram no país. O Brasil é o maior importador mundial de trigo, consome 11 milhões de toneladas, produz apenas 3,5 milhões e tem que importar 7,5 milhões, que passaram a vir dos EUA e Canadá, com preços elevados e frete aumentado.

Com relação ao preço do feijão, seu aumento, desde o ano passado, decorreu do aumento do preço do milho e da soja, pois, os capitalistas converteram a área de produção de feijão em terra para cultivo do milho, que tinha preços mais

vantajosos no mercado mundial, em função da escalada provocada pelo etanol americano. Escalada que atingiu também a soja, que, na falta do milho, o substituiu na ração animal - não na alimentação humana.

No caso do arroz, os estoques de que o Brasil dispõe são baixíssimos 10% da demanda, mas, a perspectiva de safra, já praticamente colhida, momentaneamente não sinaliza para uma situação de falta do produto, mas seu preço no mercado interno já subiu.

No plano do mercado interno brasileiro, desde 1992, o país não aumenta a área plantada de feijão, nem a de arroz e nem a de mandioca, que são os três alimentos básicos da população brasileira. Quando há falta, importa-se. Dessa forma, como não há estoques suficientes no país e, os preços no mercado mundial estão elevados e em parte as exportações bloqueadas, continuarão a falta e os preços altos dos alimentos no país. É por isso que a lógica da produção de alimentos no Brasil é inversa à lógica da produção mundial. Os gráficos 01 e 02 a seguir, dão a visão clara desta inversão, ditada pela produção mundial majoritariamente de trigo arroz e milho, enquanto a brasileira está marcada pela produção de soja e milho.

Assim, a dedução lógica desta política que transforma alimento em agrocombustível é a crise mundial dos alimentos, pois, conseqüência do aumento do consumo, foi não do consumo direto como alimento como quis equivocadamente fazer crer o governo brasileiro, mas sim, decorreu da opção norte-americana da produção do etanol a partir do milho. Portanto, a “solução” norte-americana contra o aquecimento global tornou-se o paraíso dos ganhos fáceis dos *players* dos monopólios internacionais de grãos que nada produzem, mas sujeitam produtores e consumidores à sua lógica de acumulação. Certamente, não há caminho de volta para a crise, pois, no caso norte-americano os solos disponíveis para o cultivo são disputados entre trigo, milho e soja. O avanço de um reflete inevitavelmente no recuo dos outros, por isso a crítica radical de Jean Ziegler da ONU: “*etanol: crime contra a humanidade*”.

É no interior desta crise que o agronegócio do agrocombustível brasileiro quer pegar carona no futuro fundado na reprodução do passado. E mais, o governo está a pavimentar-lhe o caminho. Por isso, a questão dos agrocombustíveis e a produção de alimentos rebatem diretamente no campo brasileiro. A área plantada de cana na safra de 2008 atingiu 7 milhões de hectares e, em São Paulo onde se concentra mais de 55% deste total, ela já ocupa a quase totalidade dos solos mais férteis existentes.

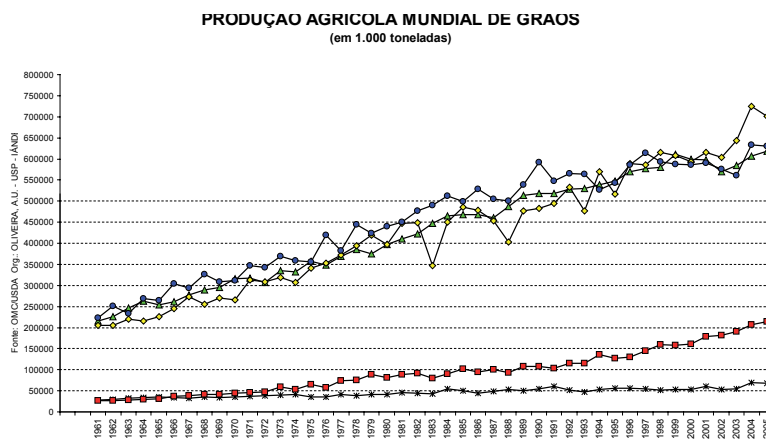


Gráfico 1 – Produção Agrícola Mundial de Grãos (em 1.000 toneladas)

Fonte: IBGE.

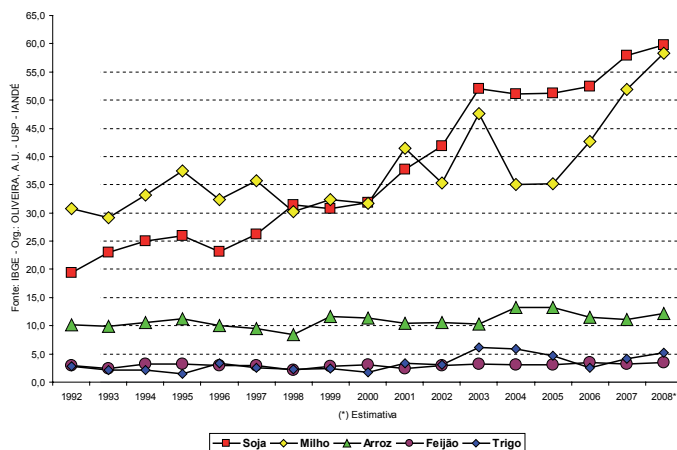


Gráfico 2 - Brasil - Produção de Grãos.

Fonte: IBGE.



## A PRODUÇÃO DE ETANOL NO BRASIL

As transformações recentes relativas ao setor sucroalcooleiro no Brasil têm a ver com os processos em desenvolvimento referentes aos agrocombustíveis. Em primeiro lugar é preciso informar que este mercado não é regulado pelo álcool, mas sim pelo açúcar. Este sim é uma *commodity*, e, portanto, mercadoria central e reguladora internacional do setor canavieiro. A área plantada com cana-de-açúcar no mundo gira em torno de 20 milhões de hectares, e o volume da produção mundial é de 1.231 milhões de toneladas. Desta produção mundial o destino final majoritário é para a produção de açúcar, que equivalia em 2005, a 141,3 milhões de toneladas. Portanto, o açúcar é o regulador mundial do setor sucroalcooleiro, e não o álcool como muitos imaginam.

O plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool ocorre de forma intensa e significativa, apenas no Brasil. Assim, cabe deixar claramente explicitado que o etanol não é uma *commodity* internacional. Têm ocorrido tentativas por parte do Brasil, para procurar transformar este produto em mercadoria internacional, mas, ele ainda não o é. Dessa forma, o etanol de cana-de-açúcar tem se tornado um combustível importante apenas no Brasil. Este fato está relacionado historicamente com as políticas públicas voltadas para o setor. Entre elas cabe destacar o desenvolvimento de tecnologia para produção do motor movido a álcool e mais recentemente ao motor flex.

Entretanto, no bojo das discussões internacionais sobre o meio ambiente e das metas para redução das emissões de poluentes na atmosfera, particularmente aqueles derivados do uso do petróleo como combustível, a mistura do etanol anidro na gasolina iniciada no Brasil, ganhou força no mercado mundial, como alternativa. Esta mistura carburante na atualidade está em 25%. A experiência brasileira demonstrou que as emissões de monóxido de carbono foram reduzidas, comparando-se o período anterior a 1980, quando os motores eram movidos apenas à gasolina, as emissões de CO<sub>2</sub> eram superiores a 50g/km, passando para níveis inferiores a 0,07g/km, a partir do ano 2000.

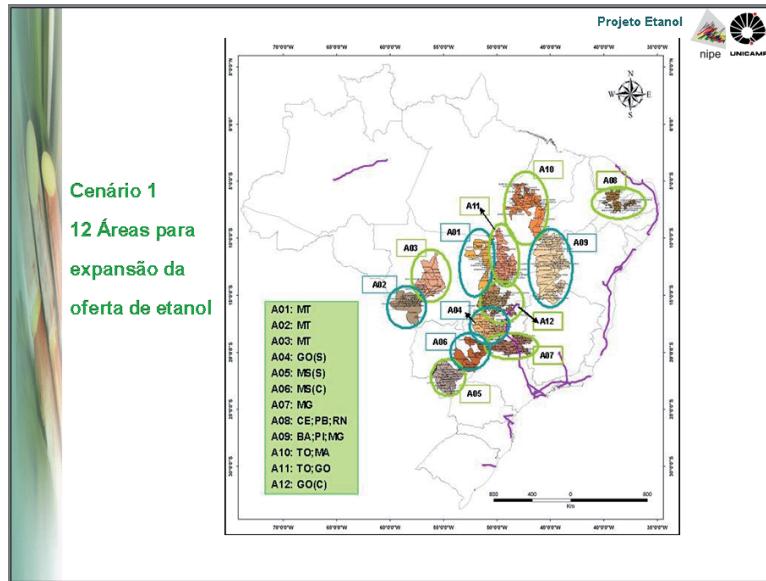
Assim, é preciso separar o quadro existente no Brasil e aquele mundial. No país, há um mercado em expansão originado pela adoção dos carros flex e pela mistura do etanol anidro na gasolina. Enquanto que o mercado mundial tem sido agitado pela introdução muito mais da mistura carburante do anidro, do que pela ampliação da frota de veículos flex. É a disputa por esta fatia do mercado mundial de etanol que tem mobilizado o setor sucroalcooleiro brasileiro e na sua regência está presidente Luís Inácio. É óbvio que a União Européia e os Estados Unidos trataram de desenvolver seus programas alternativos, e, atualmente os EUA já são os maiores produtores mundiais de etanol produzido a partir do milho.

Estamos, pois, diante de um crescimento da produção de etanol cujo patamar depende fundamentalmente, em primeiro lugar no plano interno, do

aumento da frota de veículos movidos à gasolina que tem a mistura de 25% de álcool anidro e daqueles flex que podem consumir o etanol. E, em segundo lugar, no plano externo da adoção da mistura do álcool anidro pelos diferentes países importadores. Foi baseado nesta possibilidade que o governo brasileiro atual, encomendou o estudo voltado para a expansão do Pró-Álcool como programa de desenvolvimento nacional a uma equipe de pesquisadores da UNICAMP coordenada pelo físico Rogério Cezar de Cerqueira Leite. Este grupo de pesquisadores trabalhou com um cenário de crescimento da produção mundial de etanol de 26 bilhões de litros/ano em 2004 para 205 bilhões em 2025, com uma mistura na base de 10%. Pelo estudo, o Brasil poderia facilmente alcançar em 20 anos, a meta do fornecimento de 100 bilhões de litros/ano, ou seja, atenderia a demanda mundial de adoção de uma mistura fixada em 5%. Para tal, seria necessário o cultivo de 36 milhões de hectares de cana-de-açúcar, ou seja, multiplicar por 6 a área atualmente plantada. O estudo escolheu também, as melhores áreas para expansão da cana em número de 12, e adotou uma proposta de organização da produção em clusters modulados de 15 destilarias que utilizariam cada uma 35 mil hectares de cana. As áreas escolhidas para expansão estão todas no ecossistema do cerrado, como pode ser visto no **Mapa 1**.

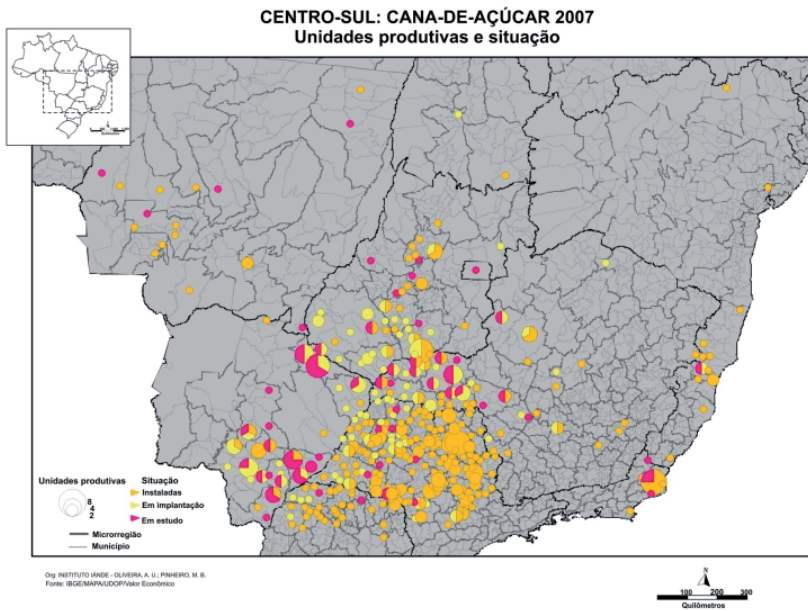
Esta opção governamental pelo estímulo ao agronegócio do etanol, está articulada também, com um contrato que seria assinado entre a Petrobras e o governo do Japão para o fornecimento pela empresa, do etanol necessário para uma mistura de 10% na gasolina daquele país até o ano 2020.

São estes fatores que estão movendo os empresários nacionais e internacionais nos novos investimentos no setor, aliás, um setor fundamentalmente nacional. Os dados disponíveis indicam um crescimento de 6,75% para 9,21% na participação internacional na moagem de cana entre as safras de 2005/2006 e 2006/2007. As estimativas conservadoras sinalizam para um crescimento desta participação em 2010/2011 de 16%. ([http://www.udop.com.br/download/estatistica/03\\_09\\_participacao\\_estrangeira.pdf](http://www.udop.com.br/download/estatistica/03_09_participacao_estrangeira.pdf)). Assim, a expansão da cultura da cana que está concentrada em 60% no estado de São Paulo, tem como tendência seu crescimento nas áreas do cerrado de Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, centro sul de Goiás e sul de Mato Grosso. O **Mapa 2** traz a localização das atuais usinas/destilarias e aquelas que estão em construção e em estudos.



Mapa 1 – Áreas para expansão da oferta de etanol.

Fonte: [http://www.udop.com.br/download/estatistica/03\\_09\\_participacao\\_estrangeira.pdf](http://www.udop.com.br/download/estatistica/03_09_participacao_estrangeira.pdf)



Mapa 2 – Centro-Sul: Cana-de-açúcar 2007.

Fonte: IBGE.

Estas áreas constituem-se em regiões onde a pressão para aumento do plantio de cana se fará nos próximos anos, pois, o Brasil que produziu na safra 2002/2003 um total de 12,6 bilhões de litros de álcool, espera produzir 26,4 bilhões na safra 2008/2009, depois de já ter atingido 20,8 bilhões na safra passada (**Gráfico 3**). Esta produção não está fundada na expansão do mercado externo, pois, tem ocorrido resistência à adoção da mistura em decorrência da pressão do aumento mundial dos preços dos alimentos. Este crescimento decorre fundamentalmente, do crescimento do número de carros flex no mercado interno brasileiro. (**Gráfico 4**).

Este crescimento vislumbrado pelo aumento dos veículos flex, somente será sustentado caso continue ocorrendo a paridade entre o preço do litro de álcool abaixo de 70% em relação ao preço da gasolina. Este percentual tem sido alcançado apenas nos estados de São Paulo, Goiás, Paraná, Mato Grosso, Alagoas e Pernambuco, que concentram fatia expressiva da frota nacional de veículos flex.

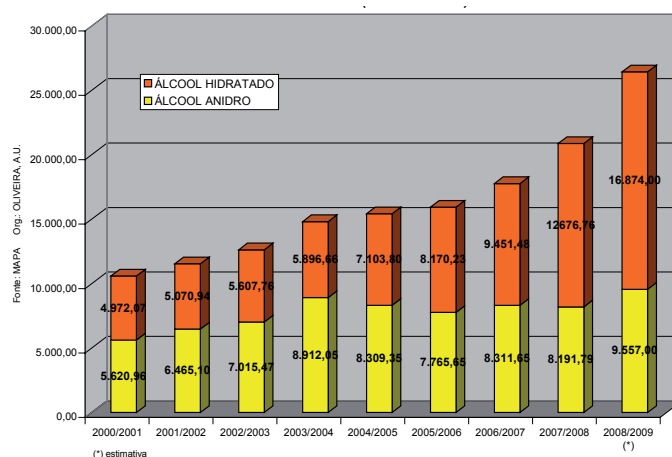


Gráfico 3 - Brasil – Produção de Etanol.

Fonte: MAPA . Organizador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

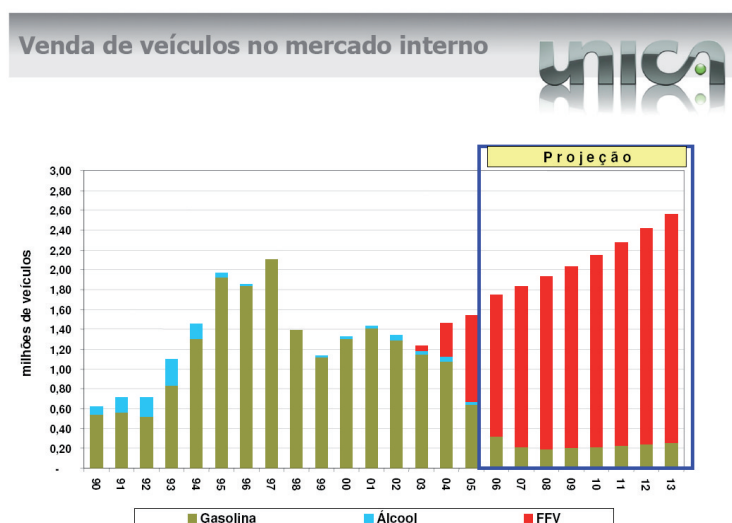


Gráfico 4 - Venda de veículos no mercado interno.

Fonte: UNICA.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio a esta expansão dos agrocombustíveis, uma pergunta se faz necessária: quais foram as conseqüências para a produção de alimentos no Brasil da expansão da cultura da cana nos últimos quinze anos?

Os dados do IBGE entre 1990 e 2006 revelam a redução da produção dos alimentos imposta pela expansão da área plantada de cana-de-açúcar que cresceu neste período mais de 2,7 milhões de hectares. Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que neles ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz. Esta área reduzida poderia produzir 400 mil toneladas de feijão, ou seja, 12% da produção nacional e, um milhão de toneladas de arroz equivalente a 9% do total do país. Além, disso reduziram-se nestes municípios a produção de 460 milhões de litros de leite e mais de 4,5 milhões de cabeças de gado bovino. É importante destacar que embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, ela já está também, no Paraná, Mato Grosso do Sul, Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. E, também nestes estados, ela reduz à área de produção de alimentos agrícolas e desloca a pecuária na direção da Amazônia e de seu conseqüentemente desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos.

Assim, não é demais lembrar que a produção dos três alimentos básicos no país, arroz, feijão e mandioca, também não crescem desde os anos noventa, e mais, o Brasil tornou-se o maior país importador de trigo do mundo. Portanto, o caminho para a saída da crise e da construção de uma política de soberania alimentar continua sendo a realização de uma reforma agrária ampla, geral e massiva.

#### REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. De alianças, atrasos e intelectuais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 abr. 1994. Caderno Mais, p. 6.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã VM, 1996.
- KURZ, R. *Colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org). *Novos caminhos da geografia*. São Paulo: Contexto, 1999.
- OLIVEIRA, A. U. Território de quem?. *Revista Sem Terra*, São Paulo, ano 11, n. 47, out./nov. 2008.
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.